

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.849 - SP (2018/0323572-6)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
**AGRAVANTE** : BERENICE AUGUSTA PACE  
**ADVOGADO** : JOSE EDUARDO SOARES LOBATO - SP059103  
**AGRAVADO** : UNIDADE PAULISTA DE NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA  
SOCIEDADE SIMPLES  
**ADVOGADOS** : LUCIANA MONTEIRO PORTUGAL GOMES - SP151648  
RICARDO GOUVEIA PIRES E OUTRO(S) - SP195869  
MARCELLA SOUZA PINTO MALUF DE CAPUA - SP328876

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, interposto em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

EMENTA Prestação de serviço médico-hospitalar. Ação de cobrança de remuneração. Contestação intempestiva. Aplicação dos efeitos da revelia. Procedência da ação autorizada. Apelação provida.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 89/91).

Alega violação dos artigos 244, 245, 248, § 4º, e 344 do Código de Processo Civil/2015.

Sustenta ser tempestiva a apresentação da defesa ante a nulidade da citação eis que o *"porteiro de um edifício - diferentemente de um oficial de justiça - não tem a capacidade de mensurar se o citando está em condições de receber citação"* (e-STJ, fl. 98).

Afirma, ainda, que a revelia não implica presunção absoluta de veracidade.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Da análise dos autos, verifica-se que as discussões postas no recurso

especial, quais sejam: i) nulidade da citação entregue ao porteiro do condomínio; ii) a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em decorrência da revelia é relativa, não foram objeto de exame pela instância ordinária, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, carecendo, portanto do requisito indispensável do prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública. Incidem, na hipótese, os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) -  
AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO  
MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO.  
INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Em relação ao artigo 396 do Código Civil, incidem os enunciados das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto a matéria contida em tal dispositivo não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. Apesar de o insurgente afirmar não ter manejado o reclamo com base na alínea "c" do permissivo constitucional, em uma simples leitura da folha de apresentação do recurso especial depreende-se que o apelo foi interposto com fundamento "nas alíneas 'a' e 'c' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República". Assim, não tendo a parte logrado comprovar o referido dissenso jurisprudencial, adequada a monocrática que não conheceu do recurso no ponto.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.112.475/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19.10.2017, DJe 25.10.2017).

A propósito do assunto, em persistindo a omissão, caberia à parte alegar no recurso especial a afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento, o que não ocorreu na hipótese.

Nesse sentido:

"EXECUÇÃO FISCAL AGRAVO REGIMENTAL NO  
AGRAVO DE INSTRUMENTO AUSÊNCIA DE  
IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA FALTA DE  
PREQUESTIONAMENTO.

(...)

2. A Corte de origem não analisou a questão da inépcia da petição inicial à luz do art. 267, inciso IV, do CPC, o que evidencia a ausência de prequestionamento do recurso especial. Aplicação do enunciado da Súmula 211 do STJ.

3. Ao persistir a omissão, no acórdão recorrido, após o julgamento dos embargos de declaração, imprescindível a alegação de violação do artigo 535, do Código de Processo Civil, quando da interposição do recurso especial, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 667544/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, SEGUNDA TURMA, DJ 22/09/2006)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora